A EXTENSÃO COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE AÇÕES E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

Adriana de Andrade Mesquita[1]
Jussara Francisca de Assis dos Santos[2]

RESUMO:
O presente artigo visa trazer a importância do enfrentamento ao racismo na qualificação de docentes, discentes e assistentes sociais presentes nos diferentes espaços sócio ocupacionais a partir da extensão universitária. Busca problematizar as múltiplas expressões da "questão social" e seus rebatimentos na particularidade da formação social e histórica brasileira com ênfase no conceito de Racismo Estrutural. Neste contexto, o Serviço Social tem papel fundamental, já que as diretrizes da profissão preconiza a emancipação humana dos sujeitos, a defesa dos direitos humanos e o enfrentamento a todas as formas de opressões como forma de acesso à política social. A metodologia é baseada numa revisão bibliográfica e pesquisa documental para aprofundarmos o entendimento sobre as expressões do racismo numa perspectiva de totalidade. Os resultados iniciais demonstram a potencialidade da extensão para a problematização e o debate acerca do racismo estrutural na sociedade brasileira, contribuindo para a construção de ações e práticas antirracistas.

Palavras-chave: Serviço Social. Prática Profissional. Antirracismo.

This article aims to bring out the importance of confronting racism in the qualification of teachers, students and social workers present in different occupational spaces from the university extension. It seeks to problematize the multiple expressions of the "social question" and its repercussions on the particularity of the Brazilian social and historical formation, with an emphasis on the concept of Structural Racism. In this context, Social Work has a fundamental role, since the guidelines of the profession advocate the human emancipation of subjects, the defense of human rights and the confrontation of all forms of

[1] Assistente Social. Docente e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da UFOP; Doutora em Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da UFRJ; Mestra em Política Social pela UFF e Especialista em Política Pública pelo IE/UFRJ. É membra do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD) da Universidade Federal Fluminense, membra do Núcleo de Extensão e Estudo em Formação e Trabalho-NEESF da UFOP e membra do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas-NEABI da UFOP.

[2] Assistente Social. Docente da UFF, Integrante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Serviço Social e Saúde (NUEPESS/UFF). Doutora em Serviço Social (UFRJ). Mestra em Serviço Social pela PUC-Rio; Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, 7ª Região. Consultora/Assessora sobre Mortalidade Materna, Saúde da Mulher e Raça/Cor no Projeto Parto Adequado/Abraço de Mãe (Institute for Healthcare Improvement).

oppression as a way of accessing social policy. The methodology is based on a literature review and documentary research to deepen the understanding of the expressions of racism in a perspective of totality. The initial results demonstrate the potential of the extension to problematize and debate structural racism in Brazilian society, contributing to the construction of anti-racist actions and practices.

Keywords: Social Service. Professional Practice. Anti-racism.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que tem na "questão social" a base de fundação da especialização de seu trabalho coletivo, que emergiu como profissão na sociedade capitalista em seu estágio monopolista. Por isso, contextualizar, problematizar e decifrar as demandas que se colocam frente a "questão social"[3] na cena contemporânea é essencial ao assistente social "apreender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na atualidade e os processos de sua produção e reprodução ampliada; e para projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida" (IAMAMOTO 2006, p. 176).

Por isso, contextualizar e problematizar o racismo que perpassa a sociedade brasileira para, com isso, decifrar as demandas que se colocam frente a "questão social" na cena contemporânea é essencial a/ao assistente social para o planejamento e efetivação de ações que forjem formas de resistências e de defesa da vida. A partir, de suportes teórico-metodológico, técnico-operativo, ético-político críticos que promovam a "eliminação de todas as formas de preconceito", bem como a "opção de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero", conforme preconizado no Código de Ética profissional da categoria, de 1996.

[3] Entendemos "questão social" como "conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. A "questão social" expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização" (IAMAMOTO, 2006, p.177).

A partir do exposto é possível afirmar que a compreensão das expressões da "questão social" não pode estar desvinculada à compreensão de como se estabelece as relações sociais a partir das dimensões de gênero, raça e classe. Este escrito visa trazer a importância do enfrentamento ao racismo na qualificação de docentes, discentes e assistentes sociais presentes nos diferentes espaços sócio ocupacionais, compartilhando a experiência do Curso de Extensão "Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais".

2 RACISMO E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

O arcabouço teórico metodológico adotado por parte considerável da profissão direciona-se para o entendimento totalitário dos sujeitos sociais. Este entendimento tem a necessidade de abarcar as desigualdades sociorraciais e os antagonismos de classe, raça/cor e gênero dada a particularidade da formação social brasileira entendida a partir do racismo estrutural. Segundo Silvio Almeida (2018, p. 38-39),

> [...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2018, p. 38-39).

Os efeitos do racismo estrutural têm tomado contornos mais radicais à medida que a crise do sistema capitalista exige respostas, intensamente, severas como garantia de sua existência. Neste contexto, o chamado neoconservadorismo, representado pela "busca de legitimação da opressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana" (BARROCO, 2011, p. 210), incide, de forma mais intensa, sobre àquelas (es) tidas (os) como, historicamente, destituídas (os) de justiça social, econômica e política. Essas pessoas são, largamente, atingidas (os) pela intervenção profissional do Serviço Social.

Para justificar a relevância do debate étnico-racial na formação e trabalho do Serviço Social, podemos considerar a realidade que envolve as categorias trabalho e saúde e o quanto a população negra encontra-se na base da pirâmide social vivenciando as maiores desvantagens no que diz respeito a tais direitos.

Dados da Pesquisa "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado pelo Informativo Estudos e Pesquisas/Informação Demográfica e Socioeconômica nº 41, sinalizam que nas esferas essenciais à reprodução das condições de vida, as desigualdades sociais quando desagregadas por cor/raça, demonstram sua face mais perversa. Ao analisar o mercado de trabalho constatou-se que, no ano de 2018, 57,7 milhões de pessoas pretas e pardas formavam a maior parte da força laboral no país, isto é, 25,2% a mais que a população branca (46,1 milhões). Por outro lado, quando verificada a população desocupada e a população subutilizada conclui-se que, pessoas pretas e pardas estão mais representadas nestas esferas, já que, "apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%)", elas formavam cerca de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018" (IBGE, 2019, p.02). Quando considerados os níveis de instrução verifica-se que a desvantagem se mantém. Os níveis de subutilização da força de trabalho são maiores entre pretas (os) e pardas (os) em qualquer grau de instrução, sendo, relativamente menor para aquelas (es) que possuem nível superior.

Tais dados demonstram o quanto a informalidade conforma o mercado de trabalho brasileiro. Em consequência aumenta-se o trabalho precário e/ou a falta de acesso à proteção social, limitando-se, assim, o acesso aos direitos básicos, tais como a remuneração pelo salário mínimo e à aposentadoria. "Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%" (IBGE, 2019, p.02). Quando considerados os dados desagregados por sexo é possível notar que as mulheres negras encontram-se ainda mais em desvantagem.

Além disso, o contexto pandêmico, ocasionado pelo Novo Coronavírus visibilizou os efeitos da crise sanitária brasileira associada à crise econômica

mundial e como ela tem agravado a situação da população negra, já que a informalidade do mercado de trabalho, a dificuldade de acesso às políticas sociais, sobretudo, de Assistência Social e de Saúde, tem impactado mais intensamente esta população. Tal realidade impacta, intensamente, a atuação do Serviço Social nos diversos espaços: quer no meio acadêmico, quer no trabalho profissional.

Tomamos como base os conceitos teóricos racismo estrutural, tendo em vista a centralidade dos mesmos para a compreensão das particularidades da formação social brasileira e as repercussões na atuação profissional de assistentes sociais. As assimetrias raciais presentes nas relações sociais brasileiras são escamoteadas pelo imaginário da harmonia racial. É fato que, no Brasil, não houve um sistema jurídico de segregação racial concretizado como ocorrido nos Estados Unidos da América e África do Sul. No entanto, a ausência de preceitos legais não impede a existência de desigualdades sociais baseadas na raça/cor dos sujeitos e nem a discriminação de fato.

A suposta democracia racial brasileira possibilita a crença de que o racismo no Brasil não existe, sendo as desigualdades socioeconômicas aquelas que determinam a estratificação social e as possíveis imobilidades sociais das pessoas. Todavia, o racismo no Brasil opera como definidor das realizações profissionais e pessoais, sendo um elemento que não pode deixar de ser considerado quando analisadas as iniquidades sociais.

As concepções de raça e racismo foram oportunas para justificar a escravidão e fornecer aos sistemas colonialista, imperialista e capitalista ferramentas de manutenção de concentração de riquezas para um determinado grupo social. A partir de uma perspectiva de totalidade é necessário dizer que o racismo precisa ser entendido através das dimensões políticas, sociais, econômicas, jurídicas e filosóficas, ou seja, como um processo histórico e estrutural. Cabe ressaltar sobre qual perspectiva o presente trabalho está embasado ao se falar sobre racismo:

> [...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que

> consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA. 2004, p. 08).

Quanto às características físicas ou biológicas, citadas por Munanga (2004), faz sentido dizer que, no Brasil, a marca referente à cor da pele é um indicador de valores reforçados a partir da tendenciosidade científica em relacionar a cor à inteligência, à cultura e às características psicológicas em esquemas hierarquizantes.

3 A EXTENSÃO COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE AÇÕES E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

O curso de extensão “Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional” tem objetivo principal de contribuir para o debate e construção de estratégias que possibilitem o enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais. Sua execução tem acontecido de modo interinstitucional, com docentes do curso de Serviço Social da UFOP, UFF e UNIFESP, cujo foco são ações e prática antirracistas. Importante colocar que entendemos as ações extensionistas indissociáveis do ensino e da pesquisa, num movimento que possibilita socializar o conhecimento produzido junto ao público externo e interno da universidade num movimento que visa transformar a realidade social em que vivemos. Partimos da compreensão de que a projeto em questão é uma estratégia relevante e potente no combate ao racismo institucional e na luta antirracista das/os assistentes sociais.

Nesse sentido, a elaboração do projeto levou em consideração o avanço que o debate e ações relacionadas às temáticas das relações étnico-raciais alcançaram, nos últimos anos. Isso é fruto de um movimento de luta na categoria profissional, como colocado por Rocha (2014), por causa da “ausência do tema raça e etnia nas produções do Serviço Social”.

Além disso, outros avanços aconteceram e estão em processo como o Código de Ética (1993) que demarca em seus princípios um exercício profissional

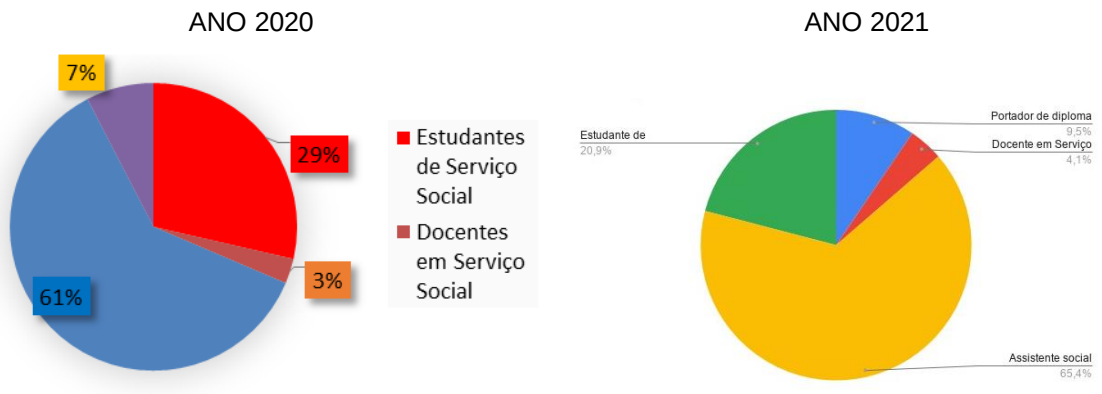
que combata toda forma de opressão e discriminação. Uma prática que busque a "eliminação de todas as formas de preconceito", que opte por um projeto profissional vinculado a construção de uma "nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero" e, também, seja baseada no exercício profissional que não sofra discriminação nem discrimine por questões de "classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física". Isso aponta o compromisso da categoria por uma prática que contemple ações e práticas antirracistas a luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996); da criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades", no ano de 2010, pela ABEPSS; do aumento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações e teses produzidas acerca da temática; dos "Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social" (ABEPSS, 2020); e a campanha "Assistente Social no Combate ao Racismo", resultando na publicação de um livro em 2020.

A metodologia usada buscou uma ação dialogada a partir da compreensão de que a problematização permite que as questões que perpassam as desigualdades raciais na sociedade brasileira possam ser debatidas entre as docentes e participantes do curso numa comunicação baseada na proposta metodológica da teoria da ação dialógica sinalizada por Paulo Freire (1995). Como a proposta foi pensada e projetada no cenário de pandemia do Covid-19, as aulas do curso estão sendo ofertadas na modalidade on-line, através de plataforma digital. Como resultado final do curso, ocorre a exigência da entrega de um projeto de intervenção focado na realidade do espaço sócio ocupacional de cada participante que apresente estratégias para o enfrentamento do racismo no cotidiano profissional. A seguir serão apresentados os dados do perfil das turmas de 2020 e 2021.

Como base nas turmas, houve um expressivo total de inscritos no curso, tendo sido de 931 inscrições, no ano de 2020, e de 1.630 inscrições, no ano de 2021. Todavia, apesar de deixar claro que o curso era destinado para profissionais ou em formação do curso de Serviço Social, tivemos procura de profissionais de diversas áreas (Pedagogia, Direito, Enfermagem, Psicologia, outras áreas).

No que se refere à formação profissional dos inscritos, no ano de 2020, 61% eram assistentes sociais, 29% de discentes do curso de Serviço Social e 3% docentes em Serviço Social. Já no ano de 2021, 65,4% eram assistentes sociais, 30,4% de discentes de Serviço Social e 4,1% docentes em Serviço Social. Ou seja, a procura de profissionais que atua nos diferentes espaços sócio ocupacionais foi expressiva. Isso aponta a relevância do debate acerca da temática de combate ao racismo, pois a mesma tem relação direta com as múltiplas expressões da "questão social".

Gráfico 1 – Formação Profissional (ano 2020 e 2021)



Fonte: Dados gerados do *google forms* da inscrição (2020 e 2021)

Quanto ao aspecto da autodeclaração racial, do total dos inscritos, em 2020, 40,4% se autodeclararam pretos, 33% pardos e 24,3% brancos. No ano de 2021, 39,8% se autodeclararam pretos, 36,9% pardos e 21,7% brancos. Isso aponta que mais de 75% dos que se inscreveram no curso são negros. Sabemos que na última década, devido à ampliação das universidades e sobretudo a implementação das ações afirmativas em nosso país, houve um aumento significativo de pessoas negras no ensino superior. Essas políticas, embora apresentem limites e não estejam isentas de críticas, constituem-se num marco importante no acesso de uma população historicamente excluída do espaço acadêmico. Além disso, a intensa atuação dos movimentos negros, no Brasil, que ao politizar a raça e descortinar o

racismo estrutural existente em nossa sociedade, reivindicam políticas públicas de promoção à igualdade racial e de combate ao racismo e, sobretudo, promovem a valorização da identidade negra (GOMES, 2017). Os dados aqui apresentados sobre a autodeclaração racial podem ser entendidos como um reflexo desse cenário.

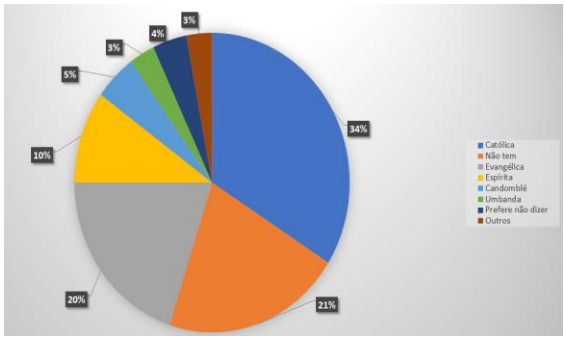
Gráfico 2 – Autodeclaração Racial (2020 e 2021)

Fonte: Dados gerados do *google forms* da inscrição (2020 e 2021)

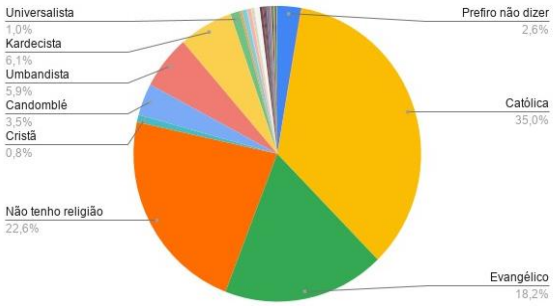
Outro dado relevante foi a religião declarada dos inscritos, conforme o gráfico abaixo, no ano de 2020, 34% dos inscritos se declararam católicos, 21% sem religião, 20% evangélicos, 10% espírita, 5% do candomblé, 3% umbandista, 4% preferiram não dizer e 3% declararam outras religiões. Já no ano de 2021, 35% eram católicos, 22,6% sem religião, 18,2% evangélicos, 6,1% kardecista, 5,9% umbandista, 3,5% candomblecista, 2,6% prefere não dizer e 0,8% cristão. Tal aspecto reflete o quanto a pertença religiosa vem apresentando multiplicidades e pluralismo na sociedade brasileira, embora práticas violentas históricas, caracterizadas como manifestação do racismo religioso, continuam atingindo as religiões de matrizes africanas em maior número.

Gráfico 2 – Religião (2020 e 2021)

ANO 2020



ANO 2021

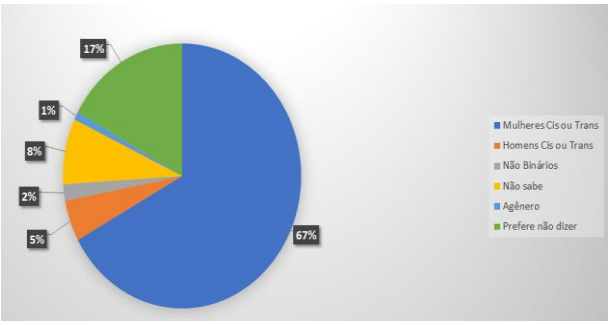


Fonte: Dados gerados do *google forms* da inscrição (2020 e 2021)

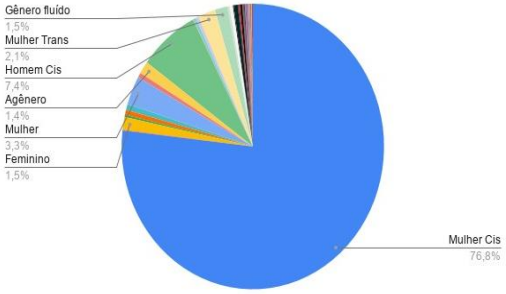
No quesito identidade de gênero[4], no ano de 2020, 67% das pessoas inscritas se declararam mulher Cis ou Trans, 17% preferiram não dizer, 8% declararam não saber, 5% homens Cis ou Trans, 2% não binário e 1% agênero. Enquanto, no ano de 2021, 78,9% se declararam mulher Cis ou Trans, 7,4% homens Cis e 1,4% agênero.

GRÁFICO 3 – Identidade de Gênero (2020 e 2021)

ANO 2020



ANO 2021



Fonte: Dados gerados do *google forms* da inscrição (2020 e 2021)

O que mais chama a atenção nesses dados é o número reduzido de homens inscritos, corroborando com os dados da profissão que é hegemonicamente feminina, e nos leva a refletir sobre a urgência de análises não só para a

[4] No ano de 2021, houve a revisão em relação às opções de respostas relacionadas à identidade de gênero.

compreensão da realidade, mas também do Serviço Social brasileiro, a produção de conhecimento, a presença na academia. É urgente desvelarmos as desigualdades também no interior da profissão, pois só assim conseguiremos avançar e efetivar saberes e práticas antissexistas, antirracistas, que valorizem e promovam a diversidade de gênero e sexual.

Apresentados esse dados, elencamos alguns aspectos negativos e positivos que observamos a partir da presente experiência do curso de extensão ofertado. Alguns aspectos negativos podem ser levantados, como: a oferta de um curso na modalidade remota limita o contato pessoal e troca de experiências entre as pessoas participantes do curso, uma vez que as aulas presenciais possibilitam um processo de ensino-aprendizagem mais rico; em alguns momentos, nos deparamos com a volatilidade da conexão que ocasionava constantes quedas de rede, problemas com os áudios, a necessidade de ter que deixar os áudios e as câmeras desligadas durante todas as aulas; a partir dos relatos nas aulas, verificamos lacunas do debate étnico-racial na formação em Serviço Social e também em cursos de pós-graduação stricto e latu senso; além disso, há a necessidade de se considerar da formação incorporar autoras e autores negros nas suas referências bibliográficas, sejam obrigatórias ou complementares.

Por outro lado, aspectos positivos também foram observados, a saber: o número de inscritos aponta para o interesse de discutir as temáticas étnico-raciais por parte de discentes, docentes e profissionais do Serviço Social; os contatos por e-mail de profissionais de outras áreas de formação enfatizaram o interesse profissional em participar de processos de formações qualificada na temática; o fato de ser on-line permitiu que os módulos fossem ministrados por professoras, estudiosas e especialistas nas temáticas apresentadas e debatidas; o formato do curso proposto possibilitou a participação de discentes, docentes e profissionais de Serviço Social de diversas regiões do país, o que tem proporcionado uma riqueza nos debates e problematizações realizadas; a interação entre profissionais, docentes e discentes tem proporcionado uma rica troca de experiências entre quem já está no campo de atuação e quem participa de uma formação na atualidade. Durante as aulas, temos observado a expressiva demanda por qualificação profissional para

materialização de ações e práticas antirracistas, e a construção do projeto de intervenção, que é o produto final do curso, já nos dá pistas da importância dessa formação para efetivação de intervenções antirracistas nos mais diversos espaços institucionais.

Por tudo isso, é possível afirmar que o curso de extensão “Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional” está alcançando com êxito seus objetivos, e dada sua relevância e impacto, sinalizamos torne-se uma ação continuada e abrangente.

4 CONCLUSÃO

A partir do exposto neste artigo, analisamos que o curso de extensão “Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional” tem se apresentado como ação potente para o debate, a contextualização, a problematização acerca do racismo estrutural na formação social e histórica brasileira e, com isso, contribuir para a construção de ações e práticas antirracistas.

Assistentes sociais precisam se debruçar na efetivação de seu projeto profissional crítico no cotidiano a partir das condições concretas que se colocam na realidade, em sua totalidade social. Num movimento de análise das situações concretas que pautem as contradições existentes na vida da população negra brasileira. Nas palavras de Roseli Rocha (CFESS, 2016, p. 16),

> Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-politico profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal.

Acreditamos que a proposta apresentada é de grande importância, relevância social e se apresenta como uma ação potente no combate ao racismo estrutural que perpassa a sociedade brasileira. Além disso, é possível afirmar que, num cenário de desmonte e ataque à educação pública, gratuita e de qualidade, ações extensionistas como esta, que visam dialogar e qualificar profissionais inseridos nos

mais diversos espaços de atuação profissional, são expressões de resistência e de insurgência mediante uma realidade tão adversa.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cleicieli Alburquerque et all. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). In: **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 745-764, Out/Dez 2013 – Impressa em Fevereiro de 2014.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSIS, Jussara Francisca. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 133, p. 547-565, set./dez. 2018.

ARAÚJO; Edna Maria de; CALDWEL, Kia Lilly. Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra? In: **ABRASCO/GT Racismo e Saú**de. FIOCRUZ, 2020.

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo**: os desafios do projeto ético-político. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, jun. 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito**, Caderno 03: Racismo. Texto elaborado por Roseli Rocha. Brasília, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Revista Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, 2002.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2013, n.114, pp.290-310. ISSN 0101-6628.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador.** 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et ali (orgs.). **Revista Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional; ABEPSS, Organização Pan Americana de Saúde/OMS Brasil; julho de 2006.

IBGE. Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. In: **Estudos e Pesquisas** – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da população negra: da conceituação às políticas de direito. In: WERNECK, J.P. (org.) **Mulheres Negras**: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: CRIOLA, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2004. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2004.

QUEIROZ, Fernanda Marques de et all. Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/ Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades: Breve Histórico e Desafios. In: **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES; DURIGUETTO (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social** – uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

ROCHA, Roseli. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 99. São Paulo: Cortez, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

BARBALHO, Alexandre. Conselhos de cultura: desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult).

BELING, Jussara Janning Xavier. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianopólis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.